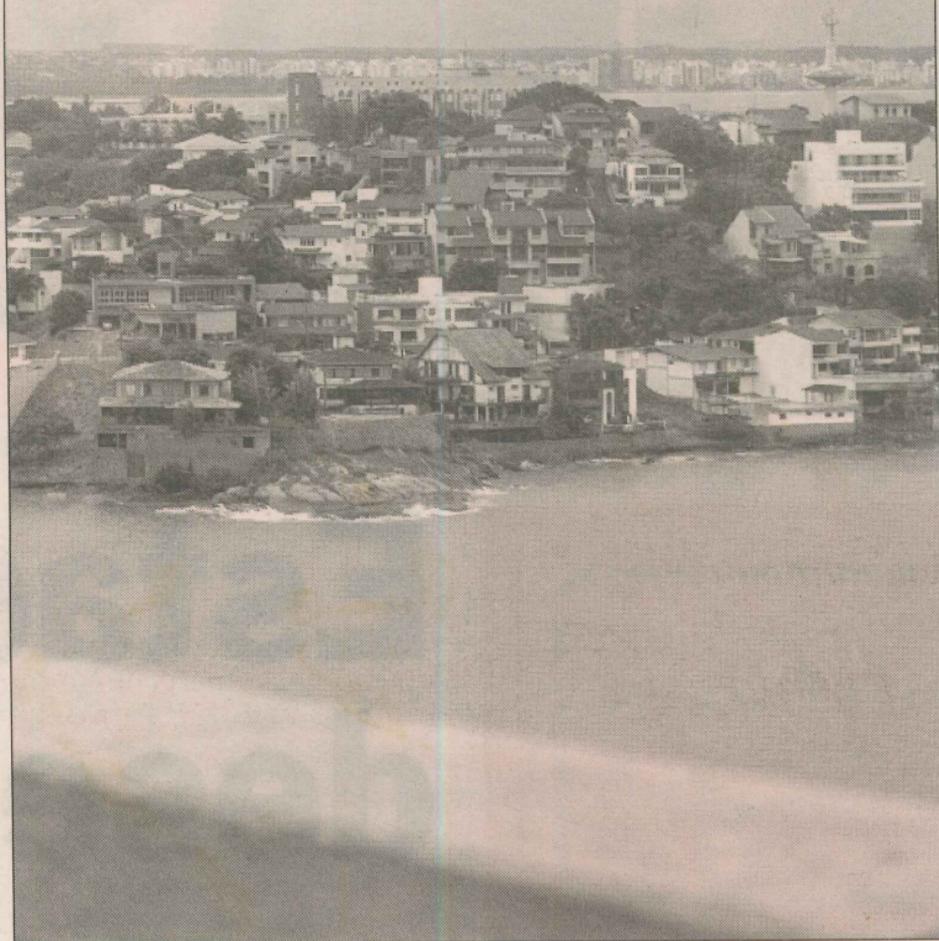


AD16541

Moradores da Ilha do Boi deverão ser beneficiados com a lei aprovada no Senado



Taxa de marinha no Ministério Público

A Associação de Ocupantes e Foreiros do Espírito Santo entrou ontem com uma denúncia no Ministério Público Federal contra a Secretaria de Patrimônio da União contra a cobrança da taxa de marinha para 36 mil imóveis na capital.

De acordo com o presidente da associação, o vereador José Carlos Lyrio Rocha, com a aprovação da Proposta da Emenda Constitucional de número 15 (PEC-15) ficaram excluídas dos bens da União as ilhas costeiras que tenham sede de município.

A PEC foi aprovada no mês passado e garantiu a isenção da taxa de terreno de marinha apenas para os moradores das Ilhas do Boi e Frade e uma parte dos moradores da

Cidade Alta. No entanto, o presidente da associação afirmou que algumas pessoas receberam o boleto com a cobrança.

Ele acrescentou ainda que uma carta foi encaminhada para a secretária de Patrimônio da União, Alexandra Resthke, questionando a cobrança da taxa aos moradores da capital.

O presidente da associação ressaltou que como existe "divergências na abrangência da PEC 15 a expectativa é de que a cobrança da taxa de marinha — que vencerá no próximo dia 31 e que chegou aos contribuintes com reajustes que variam entre 7% e 100% —, seja suspensa".

Mesmo com o impasse, José Carlos Lyrio Rocha recomenda que os moradores de Vitória paguem o tributo.